



**ACÓRDÃO Nº 724/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 10135/2013.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Advogado:** Não Possui.
- 4- **Órgão:** Câmara Municipal de Maués.
- 5- **Exercício:** 2012.
- 6- **Responsável:** Sr. Raimundo Rodrigues de Souza - Ordenador de Despesa.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Despacho nº 531/2016-MP-EMFA, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas (fls. 1099/1100).
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Maués. Exercício de 2013.

*Regularidade, com ressalvas. Multa. Determinação. Recomendação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Regular, com Ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Maués, referente ao exercício de 2012, de responsabilidade do **Sr. Raimundo Rodrigues de Souza**, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, e art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/02-TCE/AM);
- 10.2. **Aplicar multa** ao **Sr. Raimundo Rodrigues de Souza**, no valor de **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)**, que deve ser recolhida na esfera estadual para os Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, em razão das impropriedades formais não justificadas. O recolhimento deve ser feito no prazo de **30 dias**;
- 10.3. **Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após o prazo fixado, em caso de não recolhimento do valor das penas pecuniárias impostas, proceda à instauração da cobrança executiva, nos termos do art. 173, do Regimento Interno do TCE/AM;



**ACÓRDÃO Nº 724/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.4. Recomendar** à Câmara Municipal de Maués:

- 10.4.1. Que observe com rigor os ditames da LC nº 101/2000, a fim de não incorrer em mais impropriedades nas futuras Prestações de Contas, e da Lei nº 8666/93, em respeito aos princípios e normas dos processos licitatórios;
- 10.4.2. Que providencie a realização de concurso público no órgão, tendo em vista os princípios constitucionais, uma vez que não houve certame desde 1997;
- 10.4.3. Que providencie a atualização das pastas funcionais dos servidores e criação de pastas inexistentes na Casa.

**11- Ata:** 22ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 4 de Julho de 2017.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente, em exercício

**JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO**

Conselheiro Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral